

# DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES A2/AD PARA A DEFESA DO PRÉ-SAL BRASILEIRO

**Autora:** Luiza Nunes Corrêa (Graduanda de Relações Internacionais/Bolsista de Iniciação Científica)  
**Orientador:** José Miguel Quedi Martins (UFRGS)



## OBJETIVOS

A partir da prioridade dada na Estratégia Nacional de Defesa (2008) à negação do uso do mar, ao controle de áreas marítimas e à projeção de poder no Atlântico Sul, a pesquisa busca responder à pergunta “Qual a importância do desenvolvimento de capacidades A2/AD para o Brasil?”. Fazem-se, a partir dessa, outros três questionamentos, quais sejam: (i) “Quais vantagens pode apresentar uma defesa estratificada em camadas?”; (ii) “Que tipos de arranjo ela demanda em termos de material bélico?”; e (iii) “Quais os principais entraves à sua realização?”.

## HIPÓTESES

As principais hipóteses são de que: (i) os sistemas A2/AD dotam o Brasil de capacidades de dissuasão no Atlântico Sul, o que importa para assegurar os direitos do país sobre o Pré-Sal. O peso desta última aumenta consideravelmente se levadas em conta as interpretações divergentes acerca do alcance jurídico da plataforma continental (*ver box 1*). (ii) a produção de SAMs de longa distância, mísseis antinavio lançados do ar e baseados em terra e mísseis antirradiação (*ver box 2*) demanda a endogeneização da tecnologia, este conhecimento tem conexão direta com o desenvolvimento sustentável, a geração de emprego e renda, prevista no Livro Branco de Defesa Nacional (2012). Garante-se, assim, a inserção virtuosa do país na transição tecnológica. ; e (iii) esta confluência, para efetivar-se, demanda a formação de um Complexo Acadêmico-Militar-Industrial que fomente a integração sul-americana, assim como entre os dois lados do Atlântico Sul.

## Reivindicações Brasileiras

Boa parte do Pré-Sal (quase totalidade) encontra-se fora da Zona Econômica Exclusiva brasileira, ainda que esteja nos limites da plataforma continental. Como os direitos do subsolo são restringidos, os limites dessa última encontram-se sob disputa - o Brasil protocolou solicitação (em 17 de maio de 2004) junto à Comissão de Limites das Nações Unidas reivindicando cerca de 900 mil km<sup>2</sup> ( de 3,5 milhões de km<sup>2</sup> a ZEE passaria para 4,4 milhões de km<sup>2</sup>), o que seria de suma relevância para o reconhecimento da soberania do país sobre o Pré-Sal. Contam igualmente para esse fim, as capacidades de dissuasão do Brasil no Atlântico Sul.

## A2/AD

**Anti-acesso (A2):** ações de longa distância visando impedir as forças inimigas de entrarem no campo operacional. Tem como alvo principal forças que se aproximam pelo ar ou pelo mar predominantemente. Exemplos de sistemas: míssil balístico anti-navio; ASAT; submarinos, aviação anti-navio (longo alcance).

**Negação de área (AD):** ações de curta distância que visam limitar as capacidades das forças inimigas no teatro operacional. Atua em todos domínios. Exemplos de sistemas: míssil cruzador anti-navio; Minas; SAMs; J-DAM; Míssil balístico de teatro; artilharia costeira.



## DESENVOLVIMENTO

No esforço de estabelecer o contexto prático de uma defesa contra-intervenção, foram estudados o funcionamento e aplicação dos sistemas e munições que compreendem as capacidades A2/AD de outras nações, adaptadas dentro da realidade das condições financeiras e geoestratégicas do Brasil. Para isso, leva-se também em consideração a nova percepção de ameaça que surgiu com a descoberta das reservas de petróleo do Pré-Sal em 2007.

Assim, a defesa estratificada em camadas apresenta-se como uma aplicação do A2/AD no território brasileiro de acordo com suas necessidades e permitindo ao país que, além de defender seus recursos, auxilie na defesa da América do Sul e do Atlântico Sul em casos de necessidade. Uma ação deste tipo poderia se fazer necessária a partir de uma intensificação na cooperação para a defesa da região, tanto no âmbito da UNASUL quanto da ZOPACAS. Juntamente com as capacidades dissuasórias, seria de extrema importância que o pedido de ampliação da Zona Econômica Exclusiva brasileira fosse aceito pela comissão da ONU, pois legitimaria internacionalmente a soberania brasileira sobre os recursos petrolíferos em questão.

Por fim, a construção dos sistemas de defesa necessários deveria, dentro do possível, ser feita dentro do país, o que beneficiaria a sociedade brasileira como um todo. Além da geração de emprego e renda, que afetariam de forma mais direta o padrão de vida e de consumo da população, a endogeneização de tecnologias de ponta também traz benefícios, na medida em que avanços tecnológicos na área de defesa não ficam restritos à essa área, mas espalham-se por várias outras, como a medicina e a engenharia civil, por exemplo.

## CONCLUSÕES PRELIMINARES

Segundo Oliveira (2012), nos próximos anos o Atlântico Sul pode tornar-se a 2ª maior zona de produção petrolífera do planeta, ficando atrás apenas do Oriente Médio. Dessa forma, dado o risco de intervenção por parte de potências extrarregionais e as disputas cada vez mais intensas por esse recurso chave para a inserção e obtenção de poder no sistema capitalista, torna-se extremamente necessário para o Brasil assegurar um poder de dissuasão mínimo, não só em termos marítimos, mas também em termos de uma estratégia de defesa que deve também ser articulada em torno de organismos multilaterais como a UNASUL e a ZOPACAS.

## REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Lucas Kerr de. Energia como Recurso de Poder no Sistema Internacional: a geopolítica do Petróleo, estratégia e Centro de Decisão Energética. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política, UFRGS: Porto Alegre, 2012.  
BRASIL. Ministério da Defesa. Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília, 2012  
BRASIL. Ministério da Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. Brasília, 2008.  
GHELLER, Gilberto Fernando; GONZALES, Selma Lúcia de Moura; MELO, Laerte Peotta de. Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil. IPEA, Brasília, 2015.

**Contato:** luizancorrea@hotmail.com

Trabalho Exposto no XXVII Salão de Iniciação Científica da UFRGS  
Porto Alegre, 19 a 23 de Outubro de 2015